MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 3:271

Sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e nos termos do n.º 5.º do artigo 25.º da 3.ª das cartas de lei de 9 de Setembro de 1908: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar que no desenvolvimento do orçamento da despesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 1916-1917, dentro do capítulo 2.º, sejam transferidas as quantias de 1.000\$, do artigo 9.º para o artigo 16.º, para reforço da verba destinada a despesas de instalação e de viagem dos funcionários consulares, a 172\$23, do artigo 10.º para 7.º, para reconstituição da verba destinada a despesas de material e expediente das legações, e a de 672\$, do referido artigo 9.º para o 8.º, para reconstituição da verba destinada a despesas com a renda de casas das legações.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, imediatamente depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1917.—**BERNARDINO MACHADO**—*Afonso Costa — Artur R. de Almeida Ribeiro — Alexandre Braga — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — José António Arantes Pedroso — Augusto Luis Vieira Soares — Herculano Jorge Galhardo — Ernesto Jardim de Vilhena — José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Eduardo Alberto Lima Basto.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Secretaria Geral

LEI N.º 750

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º O pessoal menor da Secretaria Geral do Ministério das Colónias constitui uma classe única, a

dos serventuários, cujo quadro é fixado em trinta empregados, dos quais um desempenha as funções de porteiro e chefe do mesmo pessoal, um de ajudante do porteiro e dois de correios.

Art. 2.º É concedida aos serventuários que tenham vencimentos inferiores a 420\$ a melhoria de situação por diuturnidade de serviço, na razão de 60\$ ao fim de quinze anos e de mais 60\$ depois de completarem vinte anos.

Art. 3.º São garantidos aos empregados fazendo parte do pessoal menor do Ministério todos os direitos adquiridos relativamente a vencimentos de quantitativo superior ao resultante da aplicação desta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1917.—**BERNARDINO MACHADO**—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Direcção Geral de Previdência Social

1.ª Repartição

PORTARIA N.º 1:033

Tendo o Montepio Artístico Elvense, com sede na cidade de Elvas, e com estatutos em vigor aprovados pelo alvará de 11 de Março de 1909, pedido autorização para receber um legado de 100\$ feito pelo falecido cidadão Francisco Gonçalves;

Dizendo o decreto de 2 de Outubro de 1896, no n.º 4.º do artigo 13.º, que as associações de socorros mútuos podem receber, com prévia autorização do Governo, legados e heranças a benefício do inventário:

Concede o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, autorização ao Montepio Artístico Elvense para receber, a benefício do inventário, a quantia de 100\$, que ao mesmo Montepio foi legada por Francisco Gonçalves.

Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1917.—Pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, o Sub-Secretário de Estado, *Ernesto Júlio Naxarro.*